

## ÍNDICE

PREFÁCIO	5
I LIÇÃO – INTRODUÇÃO	9
O ser humano como ser familiar	9
INTRODUÇÃO	11
1. A comunidade familiar	11
2. Direito da Família	13
3. As derivas	14
3.1. A total possibilidade	14
3.2. A onipotência	14
3.3. Crise dos valores e do Direito – a subjetividade	15
3.4. O Direito da família: os direitos da pessoa como direitos absolutos	17
II LIÇÃO – OS NOMES DO DIREITO DA FAMÍLIA	19
INTRODUÇÃO	21
1. Noção Jurídica de Família	21
1.1. A família	21
1.2. As relações familiares	22
1.2.1. A relação de casamento	22
1.2.2. União de facto	23
1.2.2.1. Generalidades	26
1.2.2.2. Direito Português	27
1.2.2.3. Pessoas que vivem em economia comum	30
1.2.3. O parentesco	30
1.2.3.1. Efeitos do parentesco	31
1.2.4. Afinidade	31
1.2.4.1. Efeitos da afinidade	32

LIÇÕES DE DIREITO DA FAMÍLIA

1.2.5. A adoção	33
1.2.5.1. Modalidades da adoção	34
2. O direito da família e o direito das sucessões	38
2.1. O Direito da Família e as suas divisões. O Direito não civil da família	38
2.2. O Direito das Sucessões	39
III LIÇÃO – A FAMÍLIA COMO ENTIDADE SOCIAL	41
INTRODUÇÃO	43
1. A família tradicional: família alargada ou família conjugal?	44
2. Funções da família	48
CONCLUSÃO	54
IV LIÇÃO – A FAMÍLIA COMO PROBLEMA NORMATIVO	57
INTRODUÇÃO	59
1. A família e o casamento como instituições de interesse público: o direito público da família	60
1.1. A família e a ordem	60
1.2. O enquadramento sociopolítico da família	62
2. A diminuição dos problemas normativos da família: o direito privado da família	65
2.1. A diminuição dos problemas normativos da família	65
2.2. O Direito civil da família: a privacidade e o social	68
V LIÇÃO – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DA FAMÍLIA (EM SENTIDO LATO)	71
INTRODUÇÃO	73
1. O período que decorre até ao século XII: o direito romano; as tentativas posteriores de institucionalização do casamento	74
1.1. Direito romano (casamento, filiação e regime patrimonial)	74
1.2. A “antítese” cristã	75
1.2.1. A indissolubilidade	76
1.2.2. O valor moral e os fins do casamento	76
2. A invenção do direito matrimonial	77
2.1. A invenção do Direito matrimonial (séculos XII e XIII)	77
2.1.1. O trabalho complementar: a reelaboração dos fins do casamento	79
2.1.2. O matrimónio como sacramento	80
2.1.3. O Concílio de Trento	80
2.2. A evolução do regime de bens e das regras sucessórias (estatuto patrimonial)	81

VI LIÇÃO – A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA FAMÍLIA: DO DIREITO PÚBLICO AO DIREITO PRIVADO	83
INTRODUÇÃO	85
1. O fracionamento da família: o desaparecimento da autoridade do pai-chefe	85
1.1. A tradição	85
1.2. O Direito da Família	89
2. A nova família – a destruição da tradição e da dominação	89
2.1. A recuperação da família pelo Direito do Estado (Direito civil)	89
2.2. Perspetivas de evolução	92
VII LIÇÃO – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DA FAMÍLIA	95
INTRODUÇÃO	97
1. <i>Direitos de ser humano</i> (direitos da pessoa no sentido tradicional)	98
1.1. Direito à celebração do casamento	98
1.2. Direito de constituir família	100
1.3. Competência da lei civil para regular os requisitos e os efeitos do casamento e a sua dissolução, independentemente da forma de celebração	101
1.4. Admissibilidade do divórcio para quaisquer casamentos	102
1.5. Igualdade dos cônjuges quanto à sua capacidade civil e à manutenção e educação dos filhos	103
1.6. Atribuição aos pais do dever de educação dos filhos e inseparabilidade dos filhos dos seus progenitores	104
1.7. Não discriminação entre filhos nascidos no casamento e fora do casamento	104
2. Direitos dos membros da família perante o estado	105
2.1. Proteção da adoção	105
2.2. Proteção da família	105
2.3. Proteção da paternidade e da maternidade	106
2.4. Proteção da infância	106
3. Outros direitos constitucionais?	107
VIII LIÇÃO – FONTES DO DIREITO DA FAMÍLIA	111
INTRODUÇÃO	113
1. A Lei	113
1.1. A Constituição da República Portuguesa	113
1.2. Convenções internacionais	116
1.3. Código Civil	116
1.4. As outras fontes do Direito da Família	117
2. O papel do juiz e do doutor	117

## LIÇÕES DE DIREITO DA FAMÍLIA

IX Lição – Caracteres do Direito da Família	121
1. Direito Civil ou Direito Público: o núcleo tradicional esvaziado	123
2. Institucionalismo	124
3. Coexistência, na ordem jurídica portuguesa, de direito estadual e de direito canónico na disciplina da relação matrimonial	125
4. Permeabilidade do direito da família às transformações sociais	126
5. Afetação de certas questões do direito da família a tribunais de competência especializada	127
X LIÇÃO – CARACTERES DOS DIREITOS FAMILIARES	129
INTRODUÇÃO	131
1. Os direitos familiares pessoais como direitos funcionais	131
2. Relações de associação	133
2.1. O Direito	133
2.2. O Direito da família	134
3. Carácter duradouro dos estados de família	138
4. Relatividade. O carácter relativo	138
5. Tipicidade dos direitos familiares	139
I PARTE – AS RELAÇÕES PESSOAIS NA FAMÍLIA	
XI LIÇÃO – CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL (O CASAMENTO COMO ATO)	145
INTRODUÇÃO	147
A. O Casamento Católico	149
1. O casamento católico numa antropologia aberta	149
2. O direito do casamento católico	154
2.1. Fontes	154
2.2. O matrimónio	154
2.3. Fins do matrimónio	155
2.4. Sacramento	156
2.5. Propriedades essenciais	156
B. O Casamento Civil	159
XII LIÇÃO – O CASAMENTO CIVIL E O CASAMENTO CATÓLICO: OS SISTEMAS MATRIMONIAIS	161
INTRODUÇÃO	163
1. Os sistemas matrimoniais	165
2. A evolução do sistema matrimonial em Portugal	167
2.1. O Código Civil de 1867	167
2.2. As leis da Primeira República	169

2.3. A Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa	170
2.4. O protocolo adicional à Concordata	171
2.5. A lei da liberdade religiosa	173
XIII LIÇÃO – CARACTERES DO CASAMENTO COMO ATO E COMO ESTADO	175
INTRODUÇÃO	177
1. Caracteres do casamento como ato	177
1.1. O casamento como negócio jurídico. O casamento como contrato	177
1.2. O casamento como negócio pessoal	178
1.3. O casamento como negócio solene	178
2. Caracteres do casamento como estado	179
2.1. Unidade	179
2.2. Vocação de perpetuidade	180
XIV LIÇÃO – O CASAMENTO COMO CONTRATO: REQUISITOS DE FUNDO	183
INTRODUÇÃO	185
1. O consentimento	185
1.1. Características do consentimento	185
1.1.1. Carácter pessoal. O casamento por procuração	185
1.1.2. Carácter puro e simples do consentimento	187
1.2. Perfeição do consentimento	187
1.2.1. O casamento simulado. Referência ao erro na declaração	188
1.3. Liberdade do consentimento	189
1.3.1. Erro	190
1.3.2. Coação	191
1.3.3. Regime da anulabilidade por erro e coação	191
2. Capacidade	192
XV LIÇÃO – O CASAMENTO COMO CONTRATO: REQUISITOS DE FUNDO (CONTINUAÇÃO)	195
INTRODUÇÃO	197
1. Requisitos gerais de forma	198
1.1. Processo preliminar	198
1.2. Celebração do casamento	200
1.3. Registo do casamento	200
2. Especialidades	201
2.1. Referências aos casamentos urgentes	201
2.2. Casamento de portugueses no estrangeiro e de estrangeiros em Portugal	202

XVI LIÇÃO – INVALIDADE DO CASAMENTO	205
INTRODUÇÃO	207
1. Inexistência do casamento	207
1.1. Casos de inexistência	207
1.2. Justificação da categoria de inexistência do matrimónio	208
2. Anulabilidade do casamento. O casamento putativo	209
2.1. Anulabilidade do casamento	209
2.2. Casamento putativo	211
XVII LIÇÃO – O CASAMENTO CATÓLICO: CONSENTIMENTO E CAPACIDADE, FORMA, NULIDADE	215
INTRODUÇÃO	217
1. Consentimento. Capacidade. Forma	217
1.1. Introdução	217
1.2. Consenso	217
1.2.1. Falta ou inadequação da discricção de juízo	218
1.2.2. A incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimónio (can. 1095, § 3)	219
1.2.3. Ignorância da essência do matrimónio	220
1.2.4. O temor reverencial	220
1.3. Forma	220
1.4. Capacidade	221
2. Forma do casamento em Direito português	223
3. Registo do casamento: a transcrição	224
XVIII LIÇÃO – EFEITOS PESSOAIS DO CASAMENTO	225
INTRODUÇÃO	227
1. Igualdade de direitos e deveres dos cônjuges e direção conjunta da família	228
2. Afetação do estado dos cônjuges	229
2.1. O nome	229
2.2. A nacionalidade	231
XIX LIÇÃO – DEVERES DOS CÔNJUGES	233
INTRODUÇÃO	235
1. Dever de coabitação	237
2. Dever de fidelidade	238
3. Cooperação	238
4. Dever de assistência	241
5. Dever de respeito	243

## II PARTE – AS RELAÇÕES PATRIMONIAIS NA FAMÍLIA

XX LIÇÃO – O REGIME DE BENS. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	249
INTRODUÇÃO	251
1. O regime de bens e as convenções antenupciais. Características das convenções antenupciais	253
1.1. Convenção antenupcial	255
1.2. Imutabilidade das convenções antenupciais	256
1.3. Acordos antecipados de partilha dos bens comuns no casamento	258
2. Requisitos da convenção antenupcial	261
2.1. Requisitos de fundo da convenção antenupcial	261
2.2. Formalidades da convenção antenupcial	262
2.3. Invalidade das convenções antenupciais	263
2.4. Caducidade das convenções antenupciais	263
XXI LIÇÃO – REGIMES DE BENS TÍPICOS	265
INTRODUÇÃO	267
1. Regimes de comunhão. A comunhão conjugal como compropriedade?	267
1.1. A compropriedade/comunhão de mão comum	269
2. Regime da comunhão de adquiridos	270
2.1. Composição das massas patrimoniais	270
2.1.1. Bens próprios	270
2.1.2. Bens comuns	275
2.1.3. Bens adquiridos no exercício de mandato	275
2.2. Poderes de disposição	276
3. Comunhão geral	279
4. Separação de bens	279
5. O consentimento conjugal e o seu suprimento	279
XXII LIÇÃO – A COMUNHÃO DE ADQUIRIDOS COMO REGIME SUPLETIVO. CRÍTICA	281
1. O Código Civil de 1966 e o regime da comunhão de adquiridos	283
CONCLUSÃO	287
XXIII LIÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DOS CÔNJUGES	289
INTRODUÇÃO	291
1. Administração dos bens	291
2. Poderes do cônjuge administrador e do cônjuge não administrador	292
2.1. Poderes do cônjuge administrador	292
2.1.1. Responsabilidade do cônjuge administrador	292

2.2. Poderes do cônjuge não administrador	293
3. Observações à administração ordinária por cada um dos cônjuges dos bens comuns	294
XXIV LIÇÃO – RESPONSABILIDADE PELAS DÍVIDAS DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE UM CÔNJUGE	297
INTRODUÇÃO	299
1. Dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges (Artigo 1696º do Código Civil)	299
2. Bens do cônjuge devedor cuja administração pertence a outro	300
3. Bens adquiridos por sub-rogação	301
4. Moratória	301
XXV LIÇÃO – DÍVIDAS COMERCIAIS	305
INTRODUÇÃO	307
1. Regime Jurídico	307
2. Dívidas cambiárias	309
3. Sociedade	310
XXVI LIÇÃO – RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS E ADMINISTRAÇÃO E DISPOSIÇÃO DOS BENS DO CASAL	313
INTRODUÇÃO	315
1. Evolução	315
2. Reforma de 1977	315
3. Exceções	316
4. Administração ordinária dos bens comuns	316
5. Administração extraordinária	316
6. Quota social	317
7. Proventos do trabalho	318
8. Frutos dos bens próprios	318
9. Rendimentos do capital	318
10. Administração exclusiva	319
11. Remuneração do administrador	319
12. Os poderes do cônjuge administrador e a contratação de dívidas	319
XXVII LIÇÃO – ADMINISTRAÇÃO E DISPOSIÇÃO DE BENS	321
INTRODUÇÃO	323
1. Os poderes do cônjuge não administrador	323
2. A disposição de bens móveis	323
3. Disposição de bens imóveis	324



4. Alienação do estabelecimento comercial	325
5. Alienação e oneração de bens imóveis	325
6. Repúdio de heranças e legados	326
7. O consentimento	326
8. Os poderes de disposição “ <i>mortis causa</i> ”	327
9. Disposição de bens do património comum	327
XXVIII LIÇÃO – A RELEVÂNCIA DOS REGIMES DE BENS NOS QUADROS DA RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS	329
INTRODUÇÃO	331
1. Compensações no âmbito da responsabilidade por dívidas do casal	331
2. Alguns casos	332
3. O tratamento jurídico do passivo existente do momento da liquidação e contraído depois da dissolução do casamento	334
XXIX LIÇÃO – SEPARAÇÃO E UNIÃO DE FACTO	335
INTRODUÇÃO	337
1. Responsabilidade por dívidas na separação de facto	337
2. A responsabilidade por dívidas na união de facto	339
XXX LIÇÃO – MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL	341
INTRODUÇÃO	343
1. A separação de pessoas e bens	343
1.1. Efeitos da separação	344
1.2. Reconciliação dos cônjuges ou divórcio	345
2. Extinção da relação matrimonial	347
2.1. Direito canónico	347
2.1.1. A dissolução do casamento católico “ <i>rato e não consumado</i> ”	348
2.1.2. O Privilégio Paulino	348
2.1.3. O Privilégio Petrino	348
2.2. A morte como causa da dissolução do casamento	349
2.3. Direito Civil	349
2.3.1. O divórcio. Modalidades	349
XXXI LIÇÃO – DIVÓRCIO	351
INTRODUÇÃO	353
1. O divórcio por mútuo consentimento	353
1.1. Noção e pressupostos	353
1.2. O Processo	356

LIÇÕES DE DIREITO DA FAMÍLIA

2. O divórcio sem consentimento de um dos cônjuges	357
2.1. Causas do divórcio	357
2.1.1. Causas do divórcio-sanção	357
2.1.1.1. A culpa do cônjuge requerido	358
2.1.2. As causas do divórcio-remédio	359
2.1.3. Divórcio constatação da rutura do vínculo conjugal	359
2.2. O regime atual	360
XXXII LIÇÃO – EFEITOS DO DIVÓRCIO. EXTINÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL, INDEMNIZAÇÃO DE DANOS, DIREITO A ALIMENTOS	367
INTRODUÇÃO	369
1. Extinção dos efeitos do casamento	369
1.1. Perda de benefícios	370
1.2. Perda de direitos sucessórios	371
1.3. Partilha dos bens do casal. Casa de morada da família	371
2. Efeitos do casamento mesmo depois do divórcio/efeitos gerados pelo divórcio	375
2.1. Reparação dos danos	375
2.1.1. A Lei	375
2.1.2. Considerações gerais	376
2.1.3. O número 2 do artigo 1792 <sup>º</sup> do Código Civil	378
2.1.4. Responsabilidade civil	378
2.1.5. Responsabilidade pelo divórcio	379
2.2. Prestação de alimentos	379
2.3. Destino dos filhos menores	382
2.3.1. Exercício das responsabilidades parentais	383
2.3.2. Direito de visita	385
3. Data a partir da qual se produzem os efeitos do divórcio	388
XXXIII LIÇÃO – A FILIAÇÃO COMO PROBLEMA JURÍDICO	389
INTRODUÇÃO	391
1. O estabelecimento da filiação	392
2. As relações entre pais e filhos (evolução)	393
XXXIV LIÇÃO – A FILIAÇÃO COMO PROBLEMA SOCIAL	397
1. A família como comunidade de amor e a criança	399
2. A reprodução artificial e o direito da filiação	401

XXXV LIÇÃO – ESTABELECIMENTO DA MATERNIDADE	409
1. Estabelecimento da maternidade através da menção desta no registo de nascimento do filho. Declaração de maternidade	411
1.1. Estabelecimento da maternidade através da menção desta no registo do nascimento do filho	411
1.2. Declaração da maternidade	412
1.3. Impugnação da maternidade	413
2. Averiguação oficiosa da maternidade. Reconhecimento judicial da maternidade	414
2.1. Averiguação oficiosa da maternidade	414
2.2. Reconhecimento judicial da maternidade	415
2.2.1. Reconhecimento a pedido do filho	415
2.2.2. Ação de investigação de maternidade no caso de filho nascido ou concebido na constância do matrimónio da pretensa mãe	416
2.2.3. Estabelecimento da maternidade a pedido da mãe	417
XXXVI LIÇÃO – ESTABELECIMENTO DA PATERNIDADE	419
INTRODUÇÃO	421
1. Presunção da paternidade do marido da mãe. Impugnação da paternidade	421
1.1. Presunção da paternidade do marido da mãe	421
1.1.1. Dupla presunção de paternidade: resolução	422
1.2. Impugnação da paternidade	423
1.2.1. Impugnação da paternidade do filho concebido na constância do casamento	423
1.2.2. Impugnação da paternidade do filho concebido antes do matrimónio	424
2. Perfilhação e averiguação oficiosa da paternidade	427
2.1. Perfilhação	427
XXXVII LIÇÃO – ESTABELECIMENTO DA PATERNIDADE (CONTINUAÇÃO)	431
INTRODUÇÃO	433
1. Averiguação oficiosa da paternidade	433
2. Reconhecimento judicial	434
3. Alimentos provisórios	437